

OS DIÁLOGOS E AS CONTRIBUIÇÕES DA ARQUIVOLOGIA NO CAMPO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Angelica Alves da Cunha Marques
Mestre em Ciência da Informação - UnB
Doutoranda em Ciência da Informação – UnB
angelicacunha@unb.br

RESUMO

Esta comunicação apresenta alguns dos resultados de uma dissertação sobre a formação e configuração da Arquivologia como disciplina científica no Brasil. Esses resultados apontam para uma intensa relação entre a Arquivologia e a Ciência da Informação, ao identificar os posicionamentos de estudiosos dessas disciplinas acerca das suas relações. Além disso, apresenta a configuração da Arquivologia diante da Ciência da Informação em termos acadêmico-institucionais, da formação docente dos Cursos de Arquivologia e da produção científica dos programas de pós-graduação em Ciência da Informação, relacionada à Arquivologia. Objetiva identificar o papel do arquivo na organização das memórias privadas e no contexto das instituições contemporâneas, com ênfase na abordagem da gestão (sobretudo da informação), a qual perpassa os interesses das disciplinas que estudam e/ou organizam a informação. Enfatiza, como desdobramentos da trajetória da Arquivologia no Brasil, seu esforço por configurar-se como disciplina científica e sua abertura a diálogos com outras áreas.

PALAVRAS-CHAVE: 1) Arquivologia; 2) Ciência da Informação; 3) Gestão de Documentos; 4) Gestão da Informação; 5) Gestão do Conhecimento.

ABSTRACT

This communication presents some results from a dissertation on the formation and constitution of Archival Science as scientific discipline in Brazil. These results point to an intense relationship between Archival Science and Information Science by identifying the positions of scholars in those disciplines concerning the connections between them. In addition, it presents the configuration of Archival Science before Information Science in academic-institutional terms concerning faculty formation from Archival Science Courses and Archival-Science-related scientific production from Information Science graduate programs. This paper aims to identify the role of archiving in the organization of private memories and in the context of contemporary institutions, emphasizing on management approach (especially information management), which passes by fields of interest for disciplines that study and/or organize information. This work emphasizes Archival Science's effort in being constituted as a scientific discipline—in the form of its developments in Brazil—and its opening to dialogue with other fields.

KEYWORDS: 1) Archival Science; 2) Information Science; 3) Document Management; 4) Information Management; 5) Knowledge Management.

1. Considerações iniciais

No plano institucional, a agência de fomento que faz a classificação das áreas do conhecimento no Brasil, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), já contemplava a Ciência da Informação (CI), desde 1976, como uma subárea da Comunicação. Nessa classificação, a Ciência da Informação tinha duas especialidades: 1) os Sistemas da Informação e 2) a Biblioteconomia e Documentação (CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, 1978). Na Tabela de Áreas do Conhecimento (TAC)¹ de 1982, a CI aparece como área, denominada “Ciência da Informação, Biblioteconomia e Arquivologia”, contemplando como subáreas a Teoria da Informação e o Tratamento da Informação. Já na TAC em vigor, a CI compõe, com outras áreas, a grande área das Ciências Sociais Aplicadas e tem como subáreas a Teoria da Informação, a Biblioteconomia e a Arquivologia (FERNANDEZ, 2008).

A partir dessa classificação, podemos visualizar a institucionalização da CI no Brasil, ao formar-se e configurar-se como disciplina e, ao mesmo tempo, compartilhar espaços, estabelecer diálogos e abrigar outras disciplinas que lhe são próximas na perspectiva da aquisição/produção, organização e disponibilização de informações. Nesse sentido, a CI, como salienta Oliveira (1998, p. 25), é vista como uma grande área onde estão abrigadas subáreas como a Biblioteconomia e a Arquivologia. Essas disciplinas, por sua vez, como nos lembram Silva et al “são obrigadas a convocar um intercâmbio metodológico com outras ciências sociais” (1999, p. 36).

Se “a informação é um conhecimento inscrito (gravado) sob a forma escrita (impressa ou numérica), oral ou audiovisual”, como nos lembra Le Coadic (1996, p. 5), esta se encontra registrada em documentos abrigados em diversas unidades de informação.

Para que o documento cumpra a função para a qual ele foi criado é primordial que ele esteja preservado, organizado e acessível. Como um documento pode assumir diversas funções – jurídica, técnica, científica, social, artística, cultural, histórica, etc. – em diversos formatos e suportes, então é necessária a existência de diversos espaços destinados aos documentos, como o Arquivo, a Biblioteca, o Museu e o Centro de Documentação, Informação ou Memória. (MARQUES, O., 2007, p. 25-26).

Com base nas reflexões de Silva et al (1999), sobre as funções de adquirir, armazenar e recuperar informação, Marques ainda aponta que a definição acerca de um documento ser considerado de arquivo, biblioteca, museu ou mesmo de um centro de documentação relaciona-se à sua origem e à função para a qual foi criado (MARQUES, O., 2007, p. 26).

De toda forma, interesses comuns perpassam essas unidades de informação e, numa abordagem mais ampla, aproximam as áreas de estudo a que se relacionam. Dentre esses interesses destacam-se as preocupações voltadas para a gestão da informação, que se intensificam após a segunda Guerra Mundial. É nesse contexto que o conceito de CI foi introduzido, num processo de transformações sociais, para designar um novo campo de estudo, que tinha como objetivo abranger o contexto social da produção do conhecimento humano, no qual a apropriação e a recuperação da informação e do conhecimento tornar-se-iam forças estratégicas.

No âmbito da Arquivologia, a influência norte-americana no pensamento arquivístico mundial chama a atenção para os arquivos correntes (*records management*) – ou seja, para a necessidade de se gerir documentos desde a sua produção –, distinguindo-os dos arquivos permanentes (*archives administration*).

A partir dos anos 1970, a CI passa a ter uma abordagem ainda mais social e humana, voltada para o usuário, como se pode verificar nas palavras de Le Coadic:

A ciência da informação, preocupada em esclarecer um problema social concreto, o da informação, e voltada para o ser social que procura a informação, situa-se no campo das ciências sociais (das ciências do homem e da sociedade), que são o meio principal de acesso a uma compreensão do social e do cultural. (LE COADIC, 1996, p.19).

É nessa abordagem que Borko (1968), além de definir essa disciplina no âmbito do processamento, organização, acesso e uso da informação, concebe-a como uma ciência interdisciplinar, simultaneamente pura e aplicada. Para ele, as origens da CI estão intimamente ligadas ao desenvolvimento da Biblioteconomia e da Documentação.

Considerando:

1) os resultados de uma dissertação sobre a formação e configuração da Arquivologia como disciplina científica no Brasil, defendida em 2007, no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília (MARQUES, A., 2007), quanto à intensa relação entre a Arquivologia e a Ciência da Informação;

2) que a Arquivologia estabelece diálogos com essa disciplina e com outras que lhe são próximas na abordagem da aquisição/produção, organização e disponibilização da informação;

3) que a abordagem da gestão (de documentos, da informação e do conhecimento) perpassa os interesses das disciplinas que estudam a informação;

4) que a gestão da informação relaciona-se à gestão de documentos e que estes, dentre outras unidades de informação, encontram-se nos arquivos;

5) e que, guardadas as suas peculiaridades, as “novas” preocupações com a produção, identificação, transferência e uso da informação também são objeto dos estudos arquivísticos, esta comunicação objetiva identificar o papel do arquivo na organização das memórias privadas e no contexto das instituições contemporâneas. Além disso, esta comunicação enfatiza, como desdobramentos da trajetória da Arquivologia no Brasil, seu esforço por configurar-se como disciplina científica e a sua abertura a diálogos com outras disciplinas.

2. O lugar da Arquivologia no campo da Ciência da Informação

2.1. Uma abordagem teórica

Como campo de luta, a Universidade é apresentada, por Japiassu, como “*lugar por excelência onde se veicula a ideologia do conhecimento científico, também chamado de racional e objetivo*”. Criticamente, ao referir-se ao processo de especialização das disciplinas, esse autor aponta o “*esmigalhamento do conhecimento*”, que revela uma “*inteligência esfacelada*” (JAPIASSU, 1981, p. 69-80).

Assim, segundo ele, essa fragmentação do conhecimento não se sustenta na sociedade contemporânea (JAPIASSU, 1976) e passa a reestruturar-se num processo de formulação e reformulação contínua do atual corpo de conhecimentos sobre o domínio em questão (HECKHAUSEN, 1972, p. 83, tradução nossa), no qual as fronteiras tradicionais entre os saberes são reduzidas e a pluralidade disciplinar ganha forma (GOMES, 2001).

Nessa perspectiva, uma disciplina visita outras disciplinas e áreas do conhecimento e, ao estabelecer diálogos, se apropria e, muitas vezes, ressignifica conceitos e métodos alheios. Os diferentes graus dessas (re)apropriações podem ser traduzidos em modalidades de diálogos entre diferentes disciplinas, processo que comumente chamamos de *interdisciplinaridade*.

Mas parece não haver consenso quanto à definição desse termo, existindo, algumas vezes, até confusão quanto à distinção das modalidades de relações entre duas ou mais disciplinas, bem como, no plano teórico, quanto às relações de interdisciplinaridade entre a Arquivologia e a Ciência da Informação².

Para Jardim e Fonseca, por exemplo, ainda que a informação seja contemplada pelas duas disciplinas – a partir das suas diferentes propriedades e especificidades quanto à produção, uso e disseminação – o território disponível para o intercâmbio teórico e prático mostra-se extremamente vasto. Assim, para esses autores, suas relações não são claras,

tampouco interdisciplinares e estão em vias de se estabelecerem em níveis pluridisciplinares (JARDIM; FONSECA, 1995, p. 41-49).

Fonseca ratifica esse posicionamento ao afirmar que as relações de interdisciplinaridade entre a Arquivologia e a CI ainda não fazem parte da nossa realidade, pois se verifica uma pequena interseção entre as duas disciplinas (FONSECA, 2004, p. 120). Contraditoriamente, ela aponta o fortalecimento das relações de interdisciplinaridade entre essas disciplinas no Brasil, com uma “homogeneidade com que dissertações e teses são acolhidas em diferentes programas de pós-graduação, que aponta para um movimento receptivo que ultrapassa as esferas conjunturais” (FONSECA, 2004, p.161).

Pinheiro, ao apresentar um diagrama das faces tecnológica e social da CI, aponta três áreas com relações interdisciplinares mais fortes com essa disciplina: a Biblioteconomia, a Arquivologia e a Museologia. As relações da área com a Arquivologia, segundo ela, dão-se na existência de um equívoco entre interdisciplinaridade e aplicações (PINHEIRO, 1999, p. 174-175).

Alguns autores nem chegam a contemplar a Arquivologia nas relações interdisciplinares da CI. Tarapanoff (2006), por exemplo, inclui nessas relações a Biblioteconomia e a Ciência da Computação. Na visão de Le Coadic, a Arquivologia é uma

[...] disciplina auxiliar da história, [que] preocupa-se com a preservação dos documentos que resultam da atividade de uma instituição ou de uma pessoa física ou jurídica. **Os arquivos não passam de documentos conservados**, enquanto as bibliotecas são constituídas de documentos por elas reunidos. (LE COADIC, 1996, p. 14, grifo nosso).

Por outro lado, Mariz, na mesma perspectiva de Silva et al (1999), defende o enfoque sistêmico como um ponto de convergência entre a Arquivística e a Ciência da Informação, afirmando que: “Os sistemas de informação são contemplados tanto pela Arquivística – para documentos que possuam relação orgânica – quanto pela CI – para informações de uma forma geral” (MARIZ, 2004, p. 35).

Rousseau e Couture, por sua vez, lembram que as relações entre a Arquivologia e a Biblioteconomia, a Informática e a CI “se fazem por intermédio de um denominador comum, a informação” (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 71).

A fim de ilustrar os vínculos entre as duas áreas, Gagnon-Arguin recorre à concepção da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) quanto às relações entre as Ciências da Informação, a Biblioteconomia e a Arquivística, na qual os

três domínios possuem o mesmo objeto, isto é, a informação registrada num suporte, embora de forma distinta (GAGNON-ARGUIN, 1992, p. 210).

2.2. Uma abordagem prática

Em seu processo de constituição como disciplina científica e de autodeterminação epistemológica, com que outras disciplinas a Arquivologia se encontra, ou seja, estabelece diálogos? Quais são as fronteiras estabelecidas entre a Arquivologia e as outras disciplinas científicas? A Arquivologia mantém relações interdisciplinares com outras disciplinas ou, contraditoriamente, estaria inserida num processo de buscas, em outras áreas, de conceitos, instrumentos e métodos para refletir e ordenar a pesquisa – a “interdisciplinaridade solitária”, como afirma Aldo Barreto (2006) – a exemplo da CI?

Iluminados por essas questões, os resultados da dissertação (MARQUES, A., 2007), apontam para uma intensa proximidade entre a Arquivologia e a CI quanto a, pelo menos, três aspectos: 1) os vínculos acadêmico-institucionais dos cursos de graduação em Arquivologia; 2) a formação e titulação dos seus docentes; 3) e a produção científica dos Programas de Pós-graduação em CI, com temáticas relacionadas à Arquivologia.

Quanto ao primeiro aspecto, considerando os nove cursos de graduação em Arquivologia³, dos cinco cursos que estavam vinculados a algum departamento, quando do nosso mapeamento, quatro o estavam a Departamentos de CI (UnB, UEL, UFES e UNESP) e um, a Departamento de Documentação (UFSM), que na prática, assemelha-se ou, pelo menos, aproxima-se bastante da CI. Os outros quatro cursos (UNIRIO, UFF, UFBA e UFRGS) estavam em universidades que não têm, em suas estruturas, a vinculação formal dos cursos a departamentos, pelo menos no caso dos cursos de Arquivologia.

Considerando as relações entre a graduação e a pós-graduação, observamos que, em oito dos departamentos/faculdades/institutos de vinculação dos cursos de Arquivologia, existia algum curso de Pós-graduação *stricto sensu*, sendo: quatro em CI (UFF, UnB, UFBA e UNESP), um em Comunicação e Informação (UFRGS), um em Administração, um em Comunicação Social e um em Filosofia (UFSM) e, por um fim, um em Administração e um em Economia (UFES).

Nesses quatro Programas de Pós-graduação em CI, identificamos a presença de dezoito professores dos Cursos de Graduação em Arquivologia. Essas informações nos permitem inferir que a trajetória natural desses docentes, desde que tenham doutorado, seja o seu credenciamento nesses Programas.

O cruzamento dessas informações parece justificar, em parte, a produção científica com temáticas relacionadas à Arquivologia nos Programas de Pós-graduação em CI, que compartilham o mesmo espaço acadêmico-institucional com cursos de Arquivologia, conforme quadro 1.

Quadro nº 1: Produção científica relacionada à Arquivologia nos Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação do Brasil (1972-out/2006)

UNIVERSIDADE	PRODUÇÃO CIENTÍFICA	
	DISSERTAÇÕES	TESES
UFF/IBICT*	-	1
UnB*	10	1
UFBA*	-	-
UNESP*	1	-
UFMG**	9	1
UFPB	-	1
UFRJ/IBICT***	11	1
TOTAL	31	5

Fonte: elaboração própria, com base no Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e nos sítios das universidades.

* Universidades onde os Programas de Pós-graduação em CI compartilham o mesmo espaço de Cursos de Arquivologia.

** Na UFMG ainda não existia o Curso de Graduação em Arquivologia, à época do levantamento dos dados.

*** Em 2003, esse programa foi descredenciado e o convênio do IBICT com a UFRJ foi transferido para a UFF. Em 2008, foram disponibilizadas, na Internet, informações sobre a reintegração do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do IBICT à UFRJ, na unidade acadêmica da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis deixando, portanto, de funcionar em convênio com a UFF.

Portanto, das 31 dissertações produzidas em Programas de Pós-graduação em CI do Brasil, onze o são em departamentos que possuem tanto o curso de graduação em Arquivologia, como a pós-graduação em CI. O mesmo acontece com duas das cinco teses defendidas nesses Programas.

Além disso, no âmbito do mestrado e do doutorado, a formação da maioria dos docentes dos cursos de graduação em Arquivologia ocorre na CI⁴.

Considerando todos esses aspectos, concluímos, na dissertação (MARQUES, A., 2007), que há um intenso diálogo interdisciplinar, no nível da pós-graduação, entre as duas disciplinas e as pesquisas voltadas para a Arquivologia no Brasil, que convergem, majoritariamente, para a CI.

No entanto, ao analisarmos a trajetória histórica da Arquivologia, observamos que a sua formação como disciplina no Brasil parece ter sido consequência direta da necessidade prática de formação de profissionais especializados para o tratamento e organização dos

arquivos do País. Pareceu-nos evidente, portanto, a relevância da atuação do Arquivo Nacional nessa formação, com uma tradição essencialmente voltada para a História e com a promoção de cursos técnicos, que contribuiriam para a criação do Curso Permanente de Arquivo (CPA) e, conseqüentemente, dos demais cursos de graduação da área⁵.

A atual proximidade entre a Arquivologia e a CI e o seu processo de auto-afirmação como disciplina científica parecem sugerir que, em algum momento da sua trajetória, houve uma adesão daquela disciplina a esta, talvez na busca de seu reconhecimento social, na perspectiva do que Bourdieu chama de *campo científico* e de *habitus*⁶.

A complexidade da formação e configuração de um campo científico é apontada por Fernandez, que reconhece os diálogos de uma disciplina com outras, nesse processo de busca por auto-afirmação científica:

É reconhecido e comprovado que a definição de um campo do saber é uma atividade complexa e delicada, mas ao mesmo tempo fascinante. A principal dificuldade está em determinar fronteiras, pois nenhuma área de conhecimento é tão especializada quanto possa aparecer num primeiro instante. (FERNANDEZ, 2008, p. 2).

3. A gestão como um elo entre as disciplinas que estudam e/ou organizam a informação: algumas distinções teóricas

Percebemos que, comumente, a gestão de documentos, a gestão da informação e a gestão do conhecimento são utilizadas como sinônimos. Mas alguns estudiosos nos alertam quanto às suas distintas amplitudes, como demonstrado a seguir⁷.

Quanto à gestão de documentos, Cruz Mundet explica que o termo é a tradução literal do termo norte-americano *records management*, cujas origens situam-se no início dos anos de 1930 nos Estados Unidos e relacionam-se ao conceito de ciclo de vida dos documentos.

Sousa lembra que é na década de 1940 que o conceito ganha forma com a criação de comissões governamentais em alguns países:

Em 1947, foi criada, nos Estados Unidos, a Comissão Hoover. Os resultados dessa Comissão são comparáveis às contribuições do Manual de Arranjo e Descrição dos arquivistas holandeses para o pensamento arquivístico. A Comissão Hoover tinha como objetivo estudar a organização e o funcionamento dos departamentos da administração federal dos Estados Unidos. Em abril de 1948, a Comissão criou um grupo de trabalho, comandado por T. R. Schellenberg, para analisar os problemas de gestão de documentos do conjunto do governo federal americano. O relatório foi publicado em outubro de 1948 e trazia como novidade os “records centers” ou centros de arquivamento intermediário. Os “records centers” deveriam guardar os documentos de valor primário, que por conta da diminuição da potencialidade de uso daqueles documentos poderiam ficar distantes dos arquivos montados nos setores de trabalho, isto é, dos arquivos correntes. Dessa forma, a

criação da idade intermediária dá origem ao conceito das três idades documentais: corrente, intermediária e permanente.

Nessa abordagem, a gestão de documentos é entendida como “o conjunto de tarefas e procedimentos orientados a lograr uma maior eficácia e economia na exploração dos documentos por parte das organizações” (CRUZ MUNDET, 2006, p. 17, tradução nossa).

Esse autor aponta, ainda, as diferentes concepções da *gestão de documentos*⁸ pelos australianos, europeus e canadenses. No primeiro caso, considera-se essencial a continuidade dos documentos sob quatro aspectos: arquivístico (organização dos documentos conforme os princípios da Arquivística), probatório, transacional (funcional) e identitário (respeito à procedência). Nessa abordagem, a gestão corresponde, respectivamente, à criação, aquisição, organização e difusão de documentos. Quanto à concepção europeia, Cruz Mundet aponta a tradição romântico-nacionalista, ligada aos arquivos nacionais, onde os arquivos históricos têm grande valor. Os canadenses, por sua vez, propõem a “*gestão integrada da informação orgânica*”, a qual não privilegia uma ou outra “idade” documental, mas todo o ciclo de vida, da produção à difusão e acesso aos documentos (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 67).

No Brasil, a gestão de documentos, na perspectiva arquivística, é concebida como o “Conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos em fase corrente e intermediária, visando sua eliminação ou recolhimento” (DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2005, p. 100).

Numa perspectiva mais prática, Pérez-Montoro Gutiérrez (2006) defende a inserção da dimensão documentária em qualquer programa de gestão de conhecimento. No âmbito organizacional, ele explica que:

Uma das operações críticas de GC [gestão do conhecimento] é a conversão, na medida do possível, de todo o conhecimento contido na organização em conhecimento corporativo ou organizacional. Nessa conversão, requer-se que uma parte importante do conhecimento residente na cabeça dos indivíduos acabe por ser representada em documentos, e que essa representação documentada passe a constituir propriedade da organização. Além disso, tal conversão deverá ser acompanhada por um sistema que propicie a gestão desses documentos ou representações, de modo a permitir que estes, em função dos interesses da organização, possam ser acessíveis e compartilhados por todos os seus membros (PÉREZ-MONTORO GUTIÉRREZ, 2006, p. 125-126).

Embora na literatura seja constatada certa confusão quanto aos conceitos de gestão da informação e gestão do conhecimento e à exceção de Wilson (2006), a maioria das definições se aproxima.

Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, a gestão da informação consiste na “Administração do uso e circulação da informação, com base na teoria ou ciência da informação” (2005, p. 100).

Wilson a entende como “a gestão do ciclo de vida até o ponto da entrega da informação para o usuário”. Ele explica que, “O que acontecer depois depende de muitos fatores, tais como o clima organizacional, os sistemas de recompensa, a cultura organizacional e assim por diante” (WILSON, 2006, p. 54). Esse autor ainda esclarece que, historicamente, a “Gestão do conhecimento faz parte de uma série de estratégias datadas da época da administração científica de Taylor na primeira parte do século passado” (2006, p. 44).

Pérez-Montoro Gutiérrez afirma que a gestão do conhecimento é “a disciplina que se encarrega de projetar e implementar um sistema cujo objetivo é identificar, captar e compartilhar sistematicamente o conhecimento contido em uma organização, de modo tal que possa ser convertido em valor para a mesma” (2006, p. 121). Para ele, a gestão do conhecimento nas organizações envolve a conversão dos conhecimentos tácito, explícito, individual, interno e externo em conhecimento corporativo, o qual deve ser acessível ao indivíduo, tendo-se em vista os objetivos da organização (PÉREZ-MONTORO GUTIÉRREZ, p. 124).

Wilson a define como a “aplicação efetiva do que se conhece na organização para assegurar o seu desenvolvimento e sobrevivência”. Todavia, esse autor alerta que:

Não existe gestão do conhecimento, uma vez que o conhecimento reside nas pessoas. O que pode ser feito é tentar gerenciar a organização de modo a assegurar que o desenvolvimento da aprendizagem e das habilidades seja encorajado e que a cultura organizacional promova o compartilhamento da informação. Estas são as tarefas maiores, e todas elas, certamente, estão fora do escopo da gestão da informação (WILSON, 2006, p. 54).

Levando em consideração essas definições na perspectiva da construção das experiências coletivas, a aplicação da gestão (num sentido *lato*) perpassa as atividades de todas as unidades de informação. Afinal, reunir, tratar e disponibilizar informações são atribuições e compromissos de arquivos, bibliotecas e centros de informação na realização do seu papel social.

Ilustrativamente, no caso dos arquivos, tivemos oportunidade de observar uma tentativa contemporânea de expor, a um grande público, o “discurso da memória” pessoal, organizado para torná-lo compreensível num espaço predeterminado, embora evocativo dos espaços privados (RODRIGUES; MARQUES, 2005)⁹.

Nesse trabalho, pudemos estudar a memória, ultrapassando as experiências individuais e alcançando uma dimensão social. Essa dimensão é destacada por Sixto Vázquez, para quem as memórias individuais, mais do que expressão de uma realidade interior, são construções “ eminentemente sociais ” (2001, p. 75-80). Somos, ao mesmo tempo, “ sujeito e objeto de nossa construção social ” e é nessa relação que a memória, ou as memórias, adquirem sentido. Inspirado em Halbwachs, prossegue o autor, a construção da memória dá-se pela interação dos indivíduos: a memória é um “ nexos ” que nos vincula às outras pessoas (apud SIXTO VÁZQUEZ, 2001, p. 112-114). Nesse sentido, a memória revela as relações do indivíduo com a sociedade e as dissonâncias sociais como um todo, pois ela não é um processo passivo, mas dinâmico, conflituoso, e “ fortemente vinculado a cenários sociais e comunicativos ” (SIXTO VÁZQUEZ, 2001, p.115).

O papel e a contribuição dos arquivos na organização e difusão dessas memórias vão ao encontro da reflexão de Cook sobre o conceito de “ arquivos totais ”, enunciado pelos canadenses. Ele destaca o fato de, naquele país, os arquivos pessoais serem vistos “ como complemento e suplemento dos fundos de arquivo oficiais ou públicos ” (COOK, 1998, p. 143).

E, evidentemente, a gestão de documentos, de informações e/ou do conhecimento são essenciais nesse processo de organização e difusão de memórias.

4. O papel do arquivo no contexto organizacional: uma contribuição singular

Queyras e Quoniam lembram que “ a informação, uma vez transmitida, escapa à empresa. Portanto, é recomendável redigir constantemente notas, memórias e resumos de reuniões, para mostrar e demonstrar o aporte informacional do grupo de inteligência competitiva para a tomada de decisão na organização ” (2006, p. 87).

Moresi, por sua vez, aponta que “ As estruturas significativas armazenadas em bases de dados, arquivos ou memórias organizacionais possuem a competência para produzir conhecimento, mas que só se efetiva a partir de uma ação de comunicação mutuamente consentida entre a fonte e o receptor ” (2006, p. 283). A dinâmica dessa ação é por ele explicada:

As organizações lembram o passado em suas políticas e procedimentos. As pessoas, quando confrontadas com questões ou problemas a serem solucionados, recorrem a essa memória, buscando não só o conhecimento explícito, mas também o tácito. A inteligência humana utiliza a memória da empresa e acrescenta-lhe valor, criando novo conhecimento. O sistema de gestão do conhecimento pode capturar esse novo

conhecimento e torná-lo disponível em sua forma apropriada (MORESI, 2006, p. 288).

Levando em conta essas reflexões, partimos do pressuposto que a gestão (sobretudo da informação) é um espaço comum de diálogo entre as disciplinas que estudam e/ou organizam a informação, como a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia, no âmbito da Ciência da Informação. Ao analisar as definições apresentadas na seção anterior, podemos observar que a gestão de documentos, a gestão da informação e a gestão do conhecimento se entrelaçam no contexto organizacional e, muitas vezes, se sobrepõem.

Considerando que o arquivo é o “Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte” (DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2005, p. 27), entendemos que, no contexto organizacional, essa unidade de informação contempla e é contemplada pelos três tipos de gestão, conforme ilustrado a seguir.

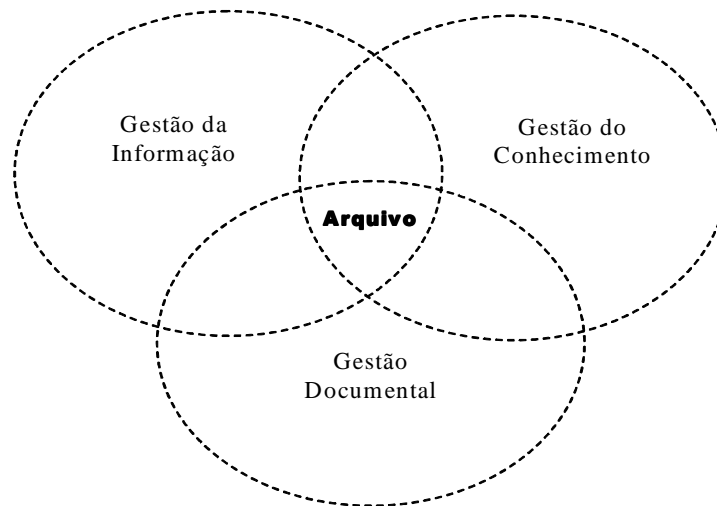


Figura n. 1: O arquivo no contexto organizacional

Ao observar a ilustração, a primeira questão que, talvez, possa surgir, seja quanto à inserção, nessa abordagem, das demais unidades de informação (bibliotecas, museus, centros de informação/documentação) que também contemplam e são contempladas nos programas de gestão. Outro questionamento poderia surgir em relação ao conhecimento tácito, ou seja, àquele que não é registrado, mas que não deixa de ser informação importante nas e para as instituições.

Uma vez que a informação possui diferentes perspectivas de uso, é importante ressaltar que não ignoramos essas duas questões e reconhecemos as contribuições das demais

unidades de informação, bem como das informações não registradas no âmbito da tomada de decisões. O realce que damos ao arquivo, mais especificamente à informação arquivística, pode ser justificado pela sua singularidade como prova ou “relação de indicialidade”, como aponta Lopez (2003):

O documento de arquivo deve ser considerado dentro de seu contexto de produção – enquanto resultado de uma ação administrativa – marcado por esta atividade e preservado como prova desta. O contexto de produção liga-se às condições institucionais sob as quais o documento foi produzido; para tanto, é preciso indicar: quem o criou, onde e quando isso se deu, por que foi produzido (em resposta a quais demandas) e, por fim, como ocorreu esse processo (quais foram as etapas e trâmites necessários). A compreensão deste contexto é fundamental para que se possa perceber os motivos responsáveis pelo arquivamento; isto é, o que o documento pretende provar. (LOPEZ, 2003, p. 73).

Nesse sentido, o documento de arquivo, tanto na sua produção quanto na sua recepção, é concebido no contexto de realização da missão institucional, conforme as funções e atividades que lhe dão origem. “A singularidade do produtor do arquivo, a filiação dos documentos às ações que promovem a missão definida e a dependência dos documentos dos seus pares” são características intrínsecas ao arquivo (RODRIGUES, 2006, p. 107). Essas características parecem ser, contudo, uma síntese das cinco características dos documentos de arquivo propostas por Duranti (2004): imparcialidade, autenticidade, naturalidade, inter-relacionamento e unicidade.

As funções arquivísticas, por sua vez, prevêm cuidados com os documentos desde a sua produção até a sua difusão. E é nesse sentido que as atividades arquivísticas têm estreita relação com as atividades propostas pelos programas de gestão da informação, que contemplam “a aplicação do ciclo da informação (processo da Ciência da Informação) às organizações” (TARAPANOFF, 2006, p. 22). Esse ciclo compreende, segundo essa autora, a geração, seleção/aquisição, representação, armazenamento, recuperação, distribuição e uso da informação, que parecem corresponder, em algumas etapas, às sete funções arquivísticas: criação/produção, avaliação, incorporação, classificação, descrição, difusão e preservação (COUTURE, 2003). Essas funções, em maior ou menor grau, têm suas correspondentes no âmbito das demais unidades de informação, ou seja, nas bibliotecas, museus e centros de informação/memória que adquirem, organizam e disponibilizam informações em formatos e suportes variados.

Todavia, gostaríamos de nos centrar no papel dos arquivos para a eficácia administrativa, o qual é definido por Vivas Moreno (2004) como uma “relação bilateral”, na qual,

por um lado as reformas administrativas condicionam a evolução quantitativa e qualitativa dos arquivos; por outro, estes incidem no desenvolvimento daquelas e em sua maior funcionalidade pragmática. As reformas administrativas e o desdobramento arquivístico, em conseqüência, são fatores que se retroalimentam. Nessa ordem de coisas, o arquivo é considerado como entidade necessária ao funcionamento administrativo (pensando na exigência de provas nos numerosos processos, os abundantes documentos de juízo de imprescindível formalidade para várias questões) e, portanto, de eficácia relevante tanto para a administração como para os administrados. (VIVAS MORENO, 2004, p. 84-85, tradução nossa).

Assim, a informação orgânica registrada, objeto do olhar arquivístico, embora não seja a única definidora das decisões tomadas pelas instituições, contribui valiosamente para tal.

Considerando-se que a informação estratégica é aquela capaz de apoiar às principais atividades de uma organização; é essencial para a tomada de decisão, reduzindo incerteza; e a informação arquivística, por sua vez, também apresenta características similares, então é possível afirmar que as informações estratégicas ou gerenciais amplamente utilizadas pelos administradores para a tomada de decisão nas organizações, sejam elas públicas ou privadas, podem ter, uma parcela significativa de informações com característica e natureza arquivística (MORENO, p. 9, 2007).

E nesse sentido, o arquivo pode ser considerado um importante colaborador para a realização da missão institucional, ao compartilhar espaço e dialogar com as demais unidades de informação.

5. Considerações finais

A organização de informações para difusão, numa perspectiva social, depende da efetiva aplicação de programas de gestão. Como observamos, no trabalho de organização de memórias pessoais, a gestão, num sentido amplo, tem papel essencial. Além disso, no contexto organizacional, a gestão de documentos, a da informação e a do conhecimento se entrelaçam e perpassam as atividades arquivísticas nas esferas públicas ou privadas.

Considerando, portanto, essas atividades e aquelas contempladas pelos programas de gestão da informação, é notável a proximidade entre a Arquivologia e as demais disciplinas que lidam com a informação, embora nem sempre reconhecida na literatura, sobretudo por parte dos autores da CI. Todavia, a gestão da informação é, reconhecidamente, uma interface de comunicação entre essas disciplinas.

Identificamos, ainda, o singular papel do arquivo no contexto organizacional, na contribuição do documento arquivístico como prova. É válido lembrar que o valor de prova dá-se, sobretudo, pela conjugação das características do documento apontadas por Duranti (1994) no contexto organização. Ou seja, o documento de arquivo é prova porque é

produzido, recebido/acumulado no desenvolvimento das atividades de uma instituição e, portanto, permite o registro da sua memória como processo. É dessa forma que se dá a construção do conhecimento pela preservação não fragmentada dos registros de memória, que Derrida (2001) chama de “blocos mágicos do passado”. É como prova orgânica registrada que o documento de arquivo contribui, singularmente, para a gestão da informação nas organizações: como um auto-retrato institucional, não completo, mas único.

A institucionalização da Arquivologia no âmbito da CI, conjugada com a formação docente predominante nessa área e com a produção científica arquivística dos programas de pós-graduação em CI são, simultaneamente, fatores propulsores e reflexos das estreitas relações entre as duas disciplinas. Como desdobramentos desses diálogos, aparecem as relações da Arquivologia com as demais disciplinas que estudam ou organizam informações de diversas origens e funções, como a Biblioteconomia e a Museologia.

Um olhar histórico sobre a sua trajetória de formação no Brasil nos dá uma dimensão do patrimônio científico arquivístico: por um lado, uma concentração de esforços para a institucionalização e auto-afirmação da Arquivologia como disciplina científica e, por outro, um compartilhamento de interesses com outras disciplinas e áreas do conhecimento.

6. Notas

¹ Segundo Fernandez, “A Tabela de Áreas do Conhecimento (TAC) organiza o universo de ciência e tecnologia do país para finalidades gestão e avaliação em níveis hierárquicos de agregação. A primeira versão da classificação data de 1976; a segunda versão data de 1982. A versão de 1984 é que está em vigor até hoje. Nas últimas duas décadas presenciamos várias iniciativas de mudança ou de re-estruturação da TAC, mas até o momento permanece em vigor a versão de 1984” (2008, p. 4). Existe uma proposta de alteração da TAC, a qual diferencia, nitidamente, a Arquivologia da CI. No entanto, essa proposta ainda não foi aprovada. Conforme informações disponíveis em: <<http://www.memoria.cnpq.br/areas/cee/proposta.htm>>. Acesso em 20 mar./2008.

² Na dissertação (MARQUES, A., 2007) apresentamos as definições de diversos estudiosos da Sociologia, Filosofia, Educação e CI acerca da interdisciplinaridade.

³ Atualmente existem doze cursos de graduação em Arquivologia no Brasil, nas seguintes universidades: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP/Marília), Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Fundação Universidade do Rio Grande do Sul (FURG) e Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pelo fato de esses três últimos cursos serem recentes, não foi possível realizarmos pesquisa quanto aos seus vínculos institucionais e à formação dos seus quadros docentes.

⁴ Entre outubro de 2005 e março de 2006, foi enviado um questionário, por correspondências eletrônica e tradicional, às coordenações dos cursos de Arquivologia, o qual deveria ser distribuído a todos os professores que constituíssem o corpo docente desses cursos e que, dessa forma, ministrassem disciplinas específicas da Arquivologia. Dos questionários distribuídos, tivemos o retorno de 42 professores, dentre os quais, seis afirmaram serem mestres em CI, sete, serem doutores no mesmo curso, bem como, o único professor que possui pós-doutorado, o ter em CI.

⁵ De acordo com a pesquisa documental que realizamos no fundo Arquivo Nacional, o CPA começa a funcionar em 1960, nessa instituição. Em 1974, o Conselho Federal de Educação (CFE) fixa o currículo mínimo e duração para o curso de arquivo em nível superior, permitindo a adoção do novo currículo para o CPA. Em março de

1977, esse curso é transferido para a Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro – FEFIERJ (atual UNIRIO), com a denominação de Curso de Arquivologia, o que marca decisivamente a conquista de espaço da Arquivologia na Universidade.

⁶ Segundo Bourdieu, “O campo científico, enquanto sistema de relações objetivas entre posições adquiridas (em lutas anteriores), é o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial. O que está em jogo especificamente nessa luta é o monopólio da *autoridade científica* definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social; ou, se quisermos, o monopólio da *competência científica*, compreendida enquanto capacidade de falar e de agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade), que é socialmente outorgada a um agente determinado” (BOURDIEU, 1983a, p. 122-123). O conceito de *habitus* é derivado daquele de *campo científico* e é “entendido como um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma *matriz de percepções, de apreciações e de ações*” (BOURDIEU, 1983b, p. 65).

⁷ Apresentamos as definições dos autores contemplados na obra *Inteligência, informação e conhecimento em corporações*, organizada por Kira Trapanoff (2006), conforme bibliografia.

⁸ Cruz Mundet (2006, p. 35) explica que essas diferenças são mais políticas que geográficas.

⁹ Esse trabalho relaciona-se à Exposição Renato Russo Manfredini Jr., que aconteceu no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) de Brasília, em 2004.

7. Referências bibliográficas

BARRETO, Aldo. Lista de discussão abarreto-1. *Não podemos inventar sentidos a nosso bel prazer*. Disponível em: <odla@centroin.com.br>. Acesso em: 14 jun. 2006.

BORKO, H. Information Science: what is it? *American Documentation*, v. 19, p. 3-5, Jan./1968.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato. *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983a, p. 122-155.

_____. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato. *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983b, p. 46-81.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. Classificação das áreas do conhecimento. *Cadernos de Informação em Ciência e Tecnologia*, n. 1, jun./1978

COOK, Terry. Arquivos Pessoais e Arquivos Institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro; v.11, nº 21, p 129-149,1998.

COUTURE, Carol (Org.). *Les fonctions de l'Archivistique contemporaine*. Québec: Presses Universitaires du Québec, 2003.

CRUZ MUNDET, José Ramón. *La gestión de documentos en las organizaciones*. Madrid: Pirámide, 2006.

DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo: una impresión freudiana*. Madrid: Trotta, 1997.

DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como prova de ação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 49-64, jan./jun. 1994.

FERNANDEZ, Rosali. A Ciência da Informação como área do conhecimento e de fomento no CNPq. In: Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Informação, 8., Salvador, 2008. *Anais...* Salvador, 2008.

FONSECA, Maria Odila. *Arquivologia e Ciência da Informação: (re)definição de marcos interdisciplinares*. 1997. 181 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

GAGNON-ARGUIN, Louise. *L'Archivistique: son histoire, ses acteurs depuis 1960*. Québec: Presses Universitaires du Québec, 1992.

GOMES, Henriette Ferreira. Interdisciplinaridade e Ciência da Informação: de característica a critério delineador de seu núcleo principal. *DataGramaZero*, v. 2, n. 4, ago/2001.

HECKHAUSEN, Heinz. Discipline et interdisciplinarité. In: CERI. *L'interdisciplinarité: problèmes de l'enseignement et de recherche dans les universités*. Paris: OCDE, 1972, p. 83-90.

JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila. As relações entre a Arquivística e a Ciência da Informação. *INFORMARE*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 41-50, jan./jun. 1995.

JAPIASSU, Hilton. *Interdisciplinaridade e patologia do saber*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1976.

_____. *Questões epistemológicas*. Rio de Janeiro: Imago, 1981.

LE COADIC, Yves-François. *A ciência da informação*. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.

LOPEZ, André Porto Ancona. Arquivos pessoais e as fronteiras da arquivologia. *Gragoatá*, Niterói, n. 15, p. 69-82, 2 sem. 2003.

MARIZ, Anna Carla Almeida. Relações interdisciplinares entre a Arquivística e a Ciência da Informação. *Cenário Arquivístico*, v. 3, n. 1, p. 29-36, jan./jun. 2004.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha. *Os espaços e os diálogos da formação e configuração da Arquivística como disciplina no Brasil*. 2007. 298 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MARQUES, Otacilio Guedes. *Informação histórica: recuperação e divulgação da memória do Poder Judiciário Brasileiro*. 2007. 133 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MORENO, Nádina Aparecida. A informação arquivística e o processo de tomada de decisão. *Informação e Sociedade*, João Pessoa, v. 17, n. 1, p. 9-19, jan./abr. 2007.

MORESI, Eduardo Amadeu Dutra. Memória organizacional e gestão do conhecimento. In: TARAPANOFF, Kira. *Inteligência, informação e conhecimento em corporações*. Brasília: IBICT, UNESCO, 2006.

OLIVEIRA, Marlene. *A investigação científica em Ciência da Informação: análise da pesquisa financiada pelo CNPq*. Brasília, 1998. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 1998.

PÉREZ-MONTORO GUTIÉRREZ, Mario. O conhecimento e sua gestão em organizações. In: TARAPANOFF, Kira. *Inteligência, informação e conhecimento em corporações*. Brasília: IBICT, UNESCO, 2006.

PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro. Campo Interdisciplinar da Ciência da Informação: fronteiras remotas e recentes. In: Pinheiro, Lena V. Ribeiro (org.). *Ciência da Informação, Ciências Sociais e Interdisciplinaridade*. Brasília/Rio de Janeiro: IBICT/DDI/DEP, 1999, p. 155-182.

QUEYRAS, Joachim; QUONIAN, Luc. Inteligência competitiva. In: TARAPANOFF, Kira. *Inteligência, informação e conhecimento em corporações*. Brasília: IBICT, UNESCO, 2006.

RODRIGUES, Ana Márcia Lutterbach. A teoria dos arquivos e a gestão de documentos. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 102-117, jan./abr. 2006.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

SILVA, Armando Malheiro da. et al. *Arquivística: teoria e prática de uma Ciência da Informação*. Porto: Afrontamento, 1999.

SIXTO VÁZQUEZ, Félix. La memoria como acción social: relaciones, significados e imaginario. Barcelona, Paidós, 2001.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. Os arquivos correntes no contexto das três idades documentais (s/d.). Disponível em: <<http://www.cid.unb.br/publico/setores/000/84/materiais/2007/1/532/M%C3%B3dulo2.doc>>. Acesso em 12 jun. 2007.

TARAPANOFF, Kira. Informação, conhecimento e inteligência em corporações: relações e complementaridade. In: _____. *Inteligência, informação e conhecimento em corporações*. Brasília: IBICT, UNESCO, 2006.

VIVAS MORENO, Agustín. El tiempo de la archivística. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 33, n. 3, p. 76-96, set./dez. 2004.

WILSON, Thomas Daniel. A problemática da gestão do conhecimento. In: TARAPANOFF, Kira. *Inteligência, informação e conhecimento em corporações*. Brasília: IBICT, UNESCO, 2006.